SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

SOCIAL SERVICE AND THE PRODUCTION OF KNOWLEDGE ABOUT CHILD LABOR

Anna Isabela Ringvelski Costa¹

Cleide Lavoratti²

Resumo

O presente artigo objetiva entender a direção teórico-metodológica e o engajamento da profissão do Serviço Social com a temática do trabalho infantil. Para isso, realizou-se um mapeamento a partir das produções teóricas publicadas entre 2010 a 2020 por autores da área, em periódicos indexados em revistas e no banco de teses e dissertações da CAPES. Observou-se que as obras trazem como propósito a problematização das questões estruturais que englobam essa forma de violação de direitos, além da diversidade de perspectivas abordadas por cada autor da área sobre o trabalho infantil. Em contraponto, viu-se uma escassez no número de produções acadêmicas sobre a temática. Conclui-se que a pesquisa possui um papel central na fomentação da prática profissional do Serviço Social e na identificação dos fenômenos sociais, servindo como subsídio nas ações de defesa e garantia dos direitos infantojuvenis.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Serviço Social. Produção teórica.

Abstract

This article aims to understand the theoretical-methodological direction and the engagement of the Social Work profession with the theme of child labor. For this, a mapping was carried out based on theoretical

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: annaringg@gmail.com.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: lavoratti@yahoo.com.br.

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

productions published between 2010 and 2020 by authors in the area, in journals indexed and in the CAPES theses and dissertations database. It was observed that the works have the purpose of problematizing the structural issues that encompass this form of violation of rights, in addition to the diversity of perspectives approached by each author in the area on child labor. In contrast, there was a shortage in the number of academic productions on the subject. It is concluded that the research has a central role in promoting the professional practice of Social Work and in the identification of social phenomena, serving as a subsidy in the actions of defense and guarantee of children's rights.

Keywords: Child labor. Social service. Theoretical production.

Introdução

A exploração da mão de obra de crianças e adolescentes pelo mundo adulto é um fenômeno de longa data na realidade brasileira. Atravessou o oceano junto às embarcações portuguesas do século XVI, onde se fez o uso do trabalho das crianças indígenas, escravas e se persistiu com o passar dos anos, na qual a justificativa para a prática tinha como respaldo o combate à “criminalidade infantil”. Sabemos, entretanto, que o trabalho de meninos e meninas representa, na verdade, uma mão de obra mais barata, dócil e obediente a quem os explora.

Com as novas configurações do mundo do trabalho, a problemática em questão ainda se mostra naturalizada e justificada pela mentalidade conservadora. O desdobramento da subproletarização, reflexo do modelo de produção capitalista que tem como base a exploração pelo lucro e sustenta-se através do trabalho precarizado, instável, temporário e terceirizado (ANTUNES, 1999 apud LOURENÇO, 2014), fragiliza as relações trabalhistas e resulta numa onda de desempregos, baixos salários e agravamento da miséria. Disso, se origina o discurso ideológico que aceita o trabalho infantil e o legitima, especialmente em casos de crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade socioeconômica.

Isto posto, a profissão do Serviço Social dispõe de um papel elementar na luta pela erradicação do trabalho infantil, dado que a categoria profissional assume o comprometimento com a defesa e garantia do acesso aos direitos e a construção de uma nova ordem de sociedade livre de toda forma de exploração e dominação.

Com essas pontuações em mente, o presente artigo nasce da pesquisa realizada para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual de

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Ponta Grossa (UEPG) durante a graduação em Serviço Social, tendo em vista o papel indispensável que a profissão possui no combate ao trabalho infantil e os seus fundamentos alicerçados na tradição marxista, atuando e viabilizando aos sujeitos o acesso aos seus direitos e também os meios de os exercer (IAMAMOTO, 2009). Para tanto, na busca de entender e analisar o comprometimento e engajamento da profissão com a temática do trabalho infantil, grave violação de direitos de crianças e adolescentes, objetivamos realizar um mapeamento das principais produções teóricas do Serviço Social entre 2010 a 2020 a respeito desse fenômeno, contribuindo também com o fortalecimento da cultura profissional na prática investigativa e dando visibilidade às pesquisas realizadas na área dos Serviço Social.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza bibliográfica, onde utilizamos os artigos do Banco de periódicos da CAPES – fundação vinculada ao Ministério da Educação que se responsabiliza pela avaliação e reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto-sensu no Brasil, bem como a qualificação de periódicos – para realizar a busca dos supracitados, fazendo o recorte temporal e de categoria profissional. Ressalta-se que a CAPES classifica-os em Qualis A1 (o mais elevado), A2, A3, A4, B1, B2, B3, B4 e C (menor qualificação); aqui, a busca delimitou-se naqueles de Qualis A e B e disponibilizados em versão on-line. Já a busca pelas teses e dissertações sobre o trabalho infantil na última década por autores do Serviço Social teve como base o Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Por fim, este artigo divide-se, para além da introdução, em uma breve discussão sobre alguns determinantes do trabalho infantil, entendendo-o como um fenômeno multifacetado; o papel da produção de conhecimento do Serviço Social enquanto fomento à sua prática profissional; os resultados da pesquisa e as considerações finais.

Algumas notas iniciais sobre o trabalho infantil

A formação da classe trabalhadora brasileira engloba um conjunto de medidas que envolvem a colonização, escravidão e a imigração. O Brasil é um país que foi construído predominantemente sob ideologia conservadora, com fortes pilares sustentados pela extenuante exploração da mão de obra daqueles mais vulneráveis, incluindo crianças e adolescentes. Sobre isso, os estudos do período colonial já apontam que, durante as embarcações portuguesas, os pequenos que se encontravam a bordo já estavam submetidos a todo tipo de exploração e abuso, onde meninos com 9 anos de idade eram vistos como capacitados para o trabalho árduo e penoso

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

“[...] não eram ainda homens, mas eram tratados como se fossem, e ao mesmo tempo eram considerados como pouco mais que animais cuja mão de obra deveria ser explorada enquanto durasse sua vida útil.” (RAMOS, 2018, p. 48).

A luta social e sindical da classe trabalhadora a partir do século XX trouxe alguns avanços no decorrer da história na esfera dos direitos sociais e do trabalho. Em primeiro lugar, cabe destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 e que, segundo Scholz (2017), é considerada como o vetor que impulsionou o debate sobre os direitos humanos no mundo. Tratou-se de uma resolução em resposta ao clima político pós-guerra, especialmente como forma de protesto e condenação às atrocidades nazistas da Segunda Guerra Mundial (SCHOLZ, 2017), que determina os direitos básicos de todo ser humano, promovendo os princípios sobre a paz e a democracia.

Quanto à infância, dois marcos internacionais importantes foram a Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, que foram promulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Esse último documento foi considerado como o instrumento de direitos humanos mais aceito na história da humanidade, ratificada por 196 países, incluindo o Brasil (UNICEF, s.d.).

No artigo nº 32 da Convenção Internacional se estabelece o reconhecimento por parte dos seus signatários do direito da criança de ser protegida contra a exploração econômica e contra a realização de qualquer forma de trabalho que interfira na sua educação e que possa prejudicar o seu desenvolvimento físico, mental, moral, social ou espiritual.

No Brasil, o principal marco nasce com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Inspirado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, o ECA proíbe qualquer forma de atividade laboral até os 13 anos de idade e traz um capítulo inteiro dispondo sobre o direito à profissionalização e proteção no trabalho para aqueles entre 14 e 16 anos. Dez anos mais tarde, temos, também, a Lei nº 10.097/2000, referenciada como Lei de Aprendizagem e caracterizada como uma das maneiras de se enfrentar o trabalho infantil e garantir educação, qualificação profissional e as medidas necessárias ao trabalho adolescente protegido.

Contudo, cabe pontuar que, em um país de ideário neoliberal como o Brasil, apenas a conquista por direitos não basta. Os constantes ataques à esfera social e o desmonte do Estado põem à prova a necessidade de luta, promoção e defesa dos direitos humanos em um contexto que visa o lucro como fim, não importando o meio. Um exemplo disso é a nova divisão

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

internacional do trabalho que atingiu o país com intensidade nos últimos anos, trazendo consigo a profunda precarização das condições trabalhistas (ANTUNES, PRAUN, 2015). A obra de Lara e Hillesheim (2021) traz importantes pontuações neste sentido, onde os autores realizam um resgate histórico sobre a (des)construção dos direitos do trabalho no Brasil, chegando até os dias atuais em que a classe trabalhadora é vítima do alastramento de políticas neoliberais e da constante destruição de direitos. Em poucas palavras, o hoje pode ser definido como um cenário caracterizado pela informalidade, subcontratação, terceirização e inevitável instabilidade econômica.

Pesquisas recentes pontuam a urgência da discussão sobre o aumento do trabalho infantil durante a pandemia da COVID-19 (OIT, 2021a). Isso se deve à alta taxa de desempregos somada aos trabalhos precarizados (em reflexo das contrarreformas, alastramento das políticas neoliberais e da crise sanitária), que levam muitas famílias em situação de vulnerabilidade social em busca de novas formas de complemento de renda. Logo, o trabalho infantil surge como alternativa de sobrevivência.

Além disso, a questão do trabalho engloba um marco simbólico cultural em nossa sociedade. Atividade fundante da existência do ser humano, o labor é defendido como o elemento que oferece dignidade ao homem, também visto sob olhar de única solução possível para crianças e adolescentes pobres (concepção reforçada pela lógica capitalista). E essa cultura que legitima a exploração do trabalho infantojuvenil é a mesma que ganha com a sua perpetuação, dado que, como citado anteriormente, esses pequenos trabalhadores compõem uma mão de obra mais barata, flexível e maleável.

De acordo com dados Organização Internacional do Trabalho (OIT) junto ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), houve um aumento do trabalho infantil no mundo pela primeira vez em duas décadas, no qual 160 milhões de crianças são atingidas e mais 8,9 milhões de meninos e meninas se encontram em risco de ingressar no mundo do trabalho precocemente como reflexo da pandemia e desproteção social (UNICEF, 2021). E reconhecendo que o quadro de pandemia revela uma condição de maior pobreza àqueles já vulneráveis socialmente e, por consequência, traz consigo a forte possibilidade de o atual cenário reverter anos de avanço no enfrentamento ao referido problema, a OIT declarou o ano de 2021 como o Ano Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil, tendo vistas em promover e incentivar ações legislativas e práticas para a sua erradicação (OIT, 2021b).

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

É verdade que a pandemia escancarou as desigualdades sociais presentes em nosso contexto. Todavia, seria um erro apontar que tais desigualdades se originaram com a crise de saúde pública. Com base em Antunes (2021), vivemos em um capitalismo destrutivo, onde a tragédia social antecede a COVID-19 - ou seja, a crise pandêmica é indissociável da crise mundial do sistema capitalista. Nesse sistema, homens, mulheres e a natureza são feitos de reféns e vistos como fontes de lucro, onde a sobrevivência da espécie no planeta sempre se encontra em situação de risco (BORON, 2010).

No Brasil, um país de convicções neoliberais, os direitos sociais sempre se encontram em situação de risco. A contrarreforma trabalhista de 2017 pode ser considerada como um divisor de águas nessa perspectiva: teve como promessa a geração de novos empregos, mas em realidade “[...] o certo é que a burguesia conseguiu mais garantias jurídicas, e os trabalhadores, mais empregos temporários, intermitentes e menos proteção social” (LARA, HILLESHEIM, 2021, p. 72).

A pandemia da Covid-19 encontrou uma classe trabalhadora inserida em condições e relações de trabalho já muito aviltantes. O número de desempregados aumentou, o trabalho informal cresceu e, em síntese, a nova legislação contribuiu tão somente para consolidar a histórica precarização do trabalho no Brasil (LARA, HILLESHEIM, 2021, p. 71-72).

Essa discussão é importante para entender que o trabalho infantil se trata de um fenômeno de múltiplas determinações históricas, sociais e culturais. Como visto com os autores Lara e Hillesheim (2021), o Brasil carrega uma longa trajetória de precarização das condições trabalhistas, o que não pode ser dissociado dos índices do segmento infantojuvenil em situação de trabalho como forma de complemento de renda para suas famílias. É legitimado enquanto um elemento que enobrece a criança, tornando-a digna de honra, assim como intensificado caso não haja uma cobertura de proteção social crítica da população, especialmente em tempos de crises sanitárias e políticas.

Segundo a nota pública enunciada pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2020), o enfrentamento a essa problemática se encontra diretamente ligado a problemas estruturais de nossa sociedade, como o desemprego, informalidade, racismo, exclusão escolar e pobreza, “[...] questões sociais que se agravam na conjuntura atual da pandemia de COVID-19.” (p. 1).

Desse modo, no atual contexto de crise econômica, política e sanitária urge a necessidade de discussão sobre o aumento da incidência do trabalho infantil na realidade

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

brasileira, tendo em vista que a atividade laboral durante a infância engloba não somente uma violação de direitos de crianças e adolescentes, mas também perpetua o ciclo de pobreza daquelas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Serviço Social e a produção de conhecimento sobre o trabalho infantil

O Serviço Social configura-se enquanto profissão que possui como um dos eixos centrais de atuação a intervenção através das expressões da questão social. E seja no planejamento, na execução ou até mesmo na gestão das políticas sociais, o cotidiano profissional deve envolver a defesa intransigente dos direitos humanos, para além da luta pela ampliação ou reformulação de programas sociais já existentes e ações de cunho socioeducativo.

Fundamentada em seu projeto ético-político, a profissão tem como finalidade a transformação da sociedade (TEIXEIRA, BRAZ, 2009), reconhecendo, portanto, a liberdade como valor central e comprometendo-se com a autonomia, a emancipação e o desenvolvimento dos indivíduos sociais. Ou seja, a profissão “[...] vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (NETTO, 1999, p. 105).

As possibilidades de atuação no enfrentamento ao trabalho infantil pelo Serviço Social são inúmeras, como: formular e acompanhar políticas públicas; o trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) visando a garantia de renda às famílias e autonomia; a atuação junto com os programas de jovens aprendizes; o desenvolvimento de ações no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) dos municípios etc. (CRESS, 2017). Para tanto, um elemento importante nesse processo diz respeito à dimensão investigativa da profissão.

Recorrendo à lei que dispõe sobre a Regulamentação da profissão Serviço Social (Lei nº 8.662/93), observamos que esta prevê, entre tantos outros, o planejamento, execução e avaliação de pesquisas que contribuam para a análise da realidade com o objetivo de fundamentar as ações profissionais. E em conformidade com Guerra (2009), a prática investigativa é inerente ao Serviço Social, não se isentando disso a realização de pesquisas para o fomento de formulação de políticas e ações, assim como para uma melhor aproximação e conhecimento de determinado cenário.

Temos visto que a pesquisa crítica e criativa faculta-nos enriquecer os elementos da cultura profissional: princípios, valores, objetivos, referencial teórico-metodológico, racionalidades, instrumental técnico-operativo, estratégias e posturas [...]. Aqui se

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

coloca um dos desafios da formação profissional: criar uma cultura profissional que valorize a dimensão investigativa (GUERRA, 2009, p. 15-16).

Dado isso, o estudo acerca do conhecimento produzido pela categoria sobre o trabalho infantil nos permite enxergar como se dá o direcionamento teórico-metodológico da profissão na temática, dar visibilidade às produções e entender o interesse e o reconhecimento das práticas da profissão em combate a esta importante expressão da questão social na realidade brasileira. Para tanto, segue os resultados da pesquisa na próxima seção.

Resultados da pesquisa

A partir da coleta de dados, foram encontrados um total de 5 artigos em periódicos, 7 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado que se encaixavam nos critérios estabelecidos para a pesquisa. Dos artigos, foram o de Conde (2013), Lourenço (2014), Santos (2016), Ataíde (2016) e Silva (2018). Das dissertações, Giosa (2010), Santos (2012), Vasconcelos (2012), Melo (2013), Costa (2015), Somalo (2017) e Nascimento (2019). Por fim, as teses de Silva (2010), Lira (2016) e Rios Junior (2019). Para melhor visualização, vide quadro abaixo, organizado via ano de publicação:

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DAS PRODUÇÕES ENCONTRADAS

Autor(a)	Título	Classificação da fonte	Ano
Beatriz Aparecida Nogueira Giosa	Trabalho infantil: entre a exploração e a sobrevivência	Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	2010
Marcia Iara Costa da Silva	Infância do trabalho perdida, direitos negados. A persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação pelo trabalho	Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco	2010
Marilia Gabrielle dos Santos	A inserção da força de trabalho infantil na produção de base cooperada: fundamentos para compreender a utilização do trabalho infantil na produção capitalista	Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Alagoas	2012

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Welen Batalha Pereira Vasconcelos	Trabalho infantil no distrito de Cacao Pirêra - uma análise do programa de erradicação do trabalho infantil – PETI	Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Amazonas	2012
Marina Leite Melo	Enfrentamento do Trabalho Infantil por meio de Políticas Sociais de Caráter Educativo: uma Análise da Cidade Estrutural/DF	Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2013
Soraya Franzoni Conde	As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta	Artigo em periódico – Revista Katálysis	2013
Edvânia Ângela de Souza Lourenço	Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes	Artigo em periódico – Revista Serviço Social & Sociedade	2014
Rayane de Paula Costa	Erradicação do trabalho infantil em Mato Grosso: contribuições da agenda do trabalho decente como base norteadora de desenvolvimento de projetos sociais	Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Mato Grosso	2015
Terçália Suassuna Vaz Lira	Sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes	Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco	2016
Joelma Trajano dos Santos	Trabalho infantil no espaço doméstico: exploração oculta	Artigo em periódico – Revista O Social em Questão	2016
Marlene Almeida de Ataíde	Meninos Públicos na Via Pública: O Malabarismo como Espetáculo ou a Reprodução da Pobreza	Artigo em periódico – Revista Emancipação	2016
Carolina Incerti Somalo	Tarefas para não dormir a sesta: Trabalho Infantil doméstico na periferia de Montevideú	Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina	2017
Carla Cecília Serrão Silva	Trabalho infantil: uma expressão da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes	Artigo em periódico – Revista de Políticas Públicas	2018
Thayane Ferreira do Nascimento	O reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e os Direitos Humanos: diálogo das normativas de proteção da infância e adolescência em situação de trabalho infantil	Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Pernambuco	2019

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

Ademir Vilaronga Rios Junior	Apropriação da força de trabalho infantil na produção domiciliar em Toritama-PE	Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco	2019
------------------------------	---	--	------

Fonte: elaborado pelas autoras com informações extraídas do Banco de Periódicos, Teses e Dissertações da CAPES (2021).

Percebemos que cada autor(a) busca enfatizar as consequências causadas pelo fenômeno do trabalho infantil em suas vítimas e também seus precedentes, trazendo como propósito a problematização das questões estruturais que englobam essa forma de violação de direitos, tais como as novas configurações do mundo do trabalho e a cultura conservadora e patriarcal que naturaliza crianças em situação de trabalho.

Das dissertações analisadas, três apresentaram de forma mais explícita críticas ao PETI, sendo a de Giosa (2010), Vasconcelos (2012) e de Nascimento (2019). Criado em 1996 pelo Governo Federal, o PETI diz respeito a um Programa instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e tem como alicerce três ações basilares, que incluem a transferência de renda para as famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho, atividades de lazer, esportivas e culturais e de reforço escolar no contraturno escolar e também ações socioeducativas e de geração de renda para as famílias.

Com vista em acelerar as ações de prevenção e erradicação do trabalho infantil, a partir de 2013 o PETI passa a articular com outras políticas públicas e também a engajar com Conselheiros Tutelares, agentes da saúde e da educação. Define, suas ações estratégicas, em 5 eixos: informação e mobilização a partir das incidências de trabalho infantil; identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil; proteção social para crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; apoio e acompanhamento das ações de defesa e responsabilização; e monitoramento das ações do PETI (BRASIL, 2015).

Dado isso, podemos pensar na necessidade de reavaliação do Programa que, conforme pontuam as autoras, encontra-se desarticulado e, por ser pautado em um contexto neoliberal para enfrentamento da problemática, não traz soluções efetivas.

Três obras focaram no aspecto do trabalho infantil doméstico, sendo a de Lira (2016) e Somalo (2017), junto com o artigo em periódico de Santos (2016). A estrutura social em que vivemos parte do entendimento de que as mulheres possuem uma vocação natural no trabalho doméstico e para com os filhos – a ordem patriarcal tem como alicerce a necessidade dessa postura submissa e servil feminina no âmbito dos lares, assim como na esfera social. Também

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

se faz verdade que, com as atuais configurações do mundo do trabalho, mulheres passaram a ocupar mais espaços em atividades laborais, seja na formalidade ou informalidade. Como desfecho, temos um aumento na demanda por empregados domésticos – fator esse que contribui para a exploração da mão de obra infantil (como dito, especialmente feminina) nos afazeres dentro de casa, tanto na própria quanto na de terceiros.

Conforme pontua Rizzini (2018), a principal atividade realizada por meninas trabalhadoras é o trabalho doméstico. Nisso, discute-se outra situação tão grave quanto: o caso da menina que assume o lugar dos pais – para que esses possam trabalhar – no cuidado da casa e dos irmãos menores. Tal responsabilidade é extenuante e exige dedicação integral, o que reflete em prejuízos no seu desempenho escolar e em seu desenvolvimento pleno.

Em decorrência da referida problemática se situar em âmbito privado, longe da fiscalização e ser vista com mais naturalidade pela sociedade (especialmente no caso de meninas) reafirmamos, junto às autoras, a indispensabilidade de ampliarmos o debate neste aspecto. Considerando, ainda, que o trabalho infantil doméstico se encontra na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil (lista TIP).

Observamos tanto nos artigos em periódicos quanto nas teses e dissertações o reconhecimento dos autores do modelo de produção capitalista e as novas configurações do mundo do trabalho como fatores precedentes do fenômeno do trabalho infantil na realidade brasileira. Ou seja, a problemática é vista como resultado das desigualdades sociais, do sucateamento das políticas públicas, da lógica capitalista, do avançar do neoliberalismo e da desresponsabilização do Estado ao que se refere às demandas da classe trabalhadora.

É importante frisar que a lógica capitalista coloca o trabalho como fator que dignifica o homem - sendo assim igualmente repassada para a criança e adolescente sem perceber a sua condição de sujeitos de direitos e de pessoas em desenvolvimento. Portanto, o trabalho infantil também deve ser visto e discutido como reflexo da sociedade adultocêntrica³ que objetifica esse segmento e desconsidera suas necessidades, tratando-os como adultos com responsabilidades e aptos para atividades laborais.

Outro ponto em comum das obras analisadas é o reforço sobre a importância das políticas públicas no combate ao trabalho infantil, da necessidade de estas atuarem articuladas,

³ Segundo Azevedo e Guerra (2000), o adultocentrismo se assenta no pressuposto do poder desigual do adulto sobre a criança e desconsidera os aspectos singulares da infância, incorporando, desta forma, a violência estrutural contra esse segmento.

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

com profissionais capacitados e comprometidos na área da infância e adolescência. Contudo, durante o planejamento de estratégias para a erradicação do problema, devem ser consideradas as especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais que estruturam a nossa sociedade (em resistência às ideologias neoliberais) para que essas se tornem verdadeiramente efetivas.

O Serviço Social se configura como profissão comprometida com o enfrentamento às violações de direitos: violência física, psicológica, negligência, violência sexual, abandono, entre outros (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2014 apud VIEIRA, 2017). Dessa forma, o trabalho infantil, se situa nesta esfera de direitos violados, para além de enquadrar-se como uma das expressões da questão social.

A gênese dessa questão social se explica pelo processo de acumulação do capital (SANTOS, 2017) e, conforme visto e supracitado pelos autores aqui analisados, os precedentes do trabalho infantil se encontram intimamente ligados ao modelo de produção do capital - incumbindo à profissão, na erradicação da problemática (tendo como alicerce seu projeto ético-político), a promoção e a defesa de direitos, a luta anticapitalista e o reforço nas ações de responsabilização, com o objetivo de alcançar uma sociedade mais justa e baseada na cultura de direitos.

Defende-se a luta anticapitalista visto que a esfera produtiva ultrapassa o trabalho somente através de políticas públicas e sociais, fazendo do Estado uma parte inerente do capital.

Finalmente, levando em consideração que a naturalização do trabalho infantil é uma questão cultural, sendo comum encontrar diversos relatos de pessoas adultas que foram crianças trabalhadoras, não podemos descartar a possibilidade de casos onde os próprios profissionais têm dificuldade em identificar situações da referida problemática, pois, de tão vista como algo vantajoso para a criança, capaz de dignificá-la, aceitam e justificam o fenômeno.

Conclusão

A partir da análise realizada sobre as produções do Serviço Social na temática, detectou-se, como as principais preocupações da categoria em relação ao trabalho infantil entre 2010 a 2020: I) a ineficiência do PETI na vida das crianças e famílias atendidas pelo Programa frente ao contexto neoliberal; II) a necessidade de reavaliação de como as políticas sociais têm sido pensadas para o seu enfrentamento, enfatizando também a indispensabilidade dessas estarem articuladas; III) a insuficiência de oferta de políticas públicas para a superação do fenômeno;

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

IV) a estrutura social que naturaliza e viabiliza o trabalho infantil; V) as atuais configurações do mercado do trabalho que geram vínculos empregatícios frágeis, incertos, insalubres; e VI) o imaginário social que falha em reconhecer os impactos negativos do trabalho infantil.

A categoria profissional do Serviço Social possui como eixo a atuação no planejamento, execução e gestão das políticas sociais, com vistas a atender as demandas da classe trabalhadora no enfrentamento às expressões da questão social. Reforçamos, portanto, a dimensão que a pesquisa pode proporcionar no embasamento dessa prática profissional onde, através da visão crítica para com a realidade, assistentes sociais comprometem-se com a construção de uma nova ordem societária livre de todas as formas de violência, inclusive do trabalho infantil.

As produções teóricas da profissão aqui discutidas demonstraram todo um universo de abordagens sobre a temática do trabalho infantil, onde foi possível perceber o direcionamento teórico-metodológico dos autores aparelhado com os fundamentos e princípios defendidos pelo Serviço Social. Tão logo, defende-se essa prática investigativa alinhada ao projeto ético-político profissional e com o compromisso na defesa dos direitos humanos, aspirando a liberdade como valor ético central, a autonomia e a emancipação plena dos indivíduos.

Observamos também uma escassez no número de obras no período analisado sobre o Trabalho Infantil, o que demonstra uma necessidade de a profissão voltar o olhar para a temática, trazer à tona essa discussão buscando dar maior visibilidade e atuar em movimento de luta e resistência. Sendo necessário atentar-se ainda para a declaração da OIT como 2021 o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, especialmente em decorrência da pandemia da COVID-19, que agravou as manifestações da desproteção social, a intensificação da pobreza e agravando a taxa de meninos e meninas explorados pelo trabalho.

Logo, cabe trazer que a expressão do trabalho infantil no contexto da pandemia traz como urgência o exercício das competências profissionais do Serviço Social, atentando-se não somente no aumento da incidência durante este quadro pandêmico, mas também, no quadro pós pandemia. Trazer à tona e dar visibilidade a esta temática, assim como desenvolver estratégias para o seu enfrentamento, manifesta essa importante luta pelos direitos de crianças e adolescentes, rompendo com a lógica adultocêntrica que os invisibiliza enquanto sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Por fim, a investigação das particularidades sociais e a produção de pesquisas possuem um papel central na fomentação da prática profissional e na identificação dos fenômenos,

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

tornando possível o Serviço Social atuar de forma competente e comprometida com a luta por uma sociedade livre de toda forma de exploração e dominação.

Referências

ANTUNES, R. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão**. Ano XXIV - nº 49, p. 111-122, jan/abr 2021.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A Sociedade dos Adoecimentos no Trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.

ATAÍDE, M. A. Meninos Públicos na Via Pública: O Malabarismo como Espetáculo ou Reprodução da Pobreza. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, 2016.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 2000.

BORON, A. **O socialismo no século 21**: há vida após o neoliberalismo? São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Lei de Aprendizagem. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm Acesso em 13 nov 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em 20 jul 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **PETI. 2015**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/peti> Acesso em 22 nov. 2020.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CONDE, S. F. As medidas de enfrentamento à exploração do trabalho infantil no Brasil: forças em luta. **Revista Katálysis**, 2013.

COSTA, R. P. **Erradicação do trabalho infantil em Mato Grosso**: contribuições da agenda do trabalho decente como base norteadora de desenvolvimento de projetos sociais. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

CRESS-PR. **CRESS em movimento**. Assistentes sociais no combate ao trabalho infantil. 2017-2020. Disponível em: <http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/Cress-em-Movimento-Trabalho-Infantil.pdf> Acesso em 28 fev 2021.

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

FNPETI. **Nota Pública. 2020.** Disponível em: <https://s.oab.org.br/arquivos/2020/09/269e1d6c-d981-4c18-9280-16c09ec8c9f8.pdf> Acesso em 12 nov 2021.

GIOSA, B. A. N. **Trabalho infantil: entre a exploração e a sobrevivência.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. 2009. In: **Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS e ABEPSS (org.). 2009.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. 2009. In: **Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS e ABEPSS (org.). 2009.

LARA, R.; HILLESHEIM, J. Modernização trabalhista em contexto de crise econômica, política e sanitária. **O social em Questão.** 2021.

LIRA, T. S. V. **Sentido do trabalho infantil doméstico: particularidades e contradições na esfera da reprodução social nas economias periféricas dependentes.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

LOURENÇO, E. A. S. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. **Serviço Social & Sociedade,** jun 2014.

MELO, M. L. **Enfrentamento do Trabalho Infantil por meio de Políticas Sociais de Caráter Educativo: uma Análise da Cidade Estrutural/DF.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

NASCIMENTO, T. F. **O reordenamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e os Direitos Humanos: diálogo das normativas de proteção da infância e adolescência em situação de trabalho infantil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OIT. **Trabalho infantil 2021: Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil.** 2021b. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_766429/lang--pt/index.htm Acesso em 03 março 2021.

OIT. **Trabalho infantil sobe para 160 milhões - primeiro aumento em duas décadas.** 2021a. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_800422/lang--pt/index.htm Acesso em 12 nov 2021.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary. (org). **História das Crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. P. 19-49.

RIOS JUNIOR, A. V. **Apropriação da força de trabalho infantil na produção domiciliar em Toritama-PE.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2019.

SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE O TRABALHO INFANTIL

RIZZINI, I. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2018. P. 376-404.

SANTOS, E. **Trabalho infantil nas ruas, pobreza e discriminação: crianças invisíveis nos faróis da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SANTOS, J. T. Trabalho infantil no espaço doméstico: exploração oculta. **O Social em Questão**, 2016.

SANTOS, M. G. **A inserção da força de trabalho infantil na produção de base cooperada: fundamentos para compreender a utilização do trabalho infantil na produção capitalista**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SCHOLZ, J. M. As Apropriações Dos Direitos Humanos no Brasil: o caso da Declaração Universal Dos Direitos Humanos (1948). **Passagens**, 2017.

SILVA, C. C. S. Trabalho infantil: uma expressão da violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. **Revista de Políticas Públicas**, 2018.

SILVA, M. I. C. **Infância do trabalho perdida, direitos negados**. A persistência do trabalho infantil através da ideologia da educação pelo trabalho. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

SOMALO, C. I. **Tarefas para não dormir a sesta: trabalho Infantil doméstico na periferia de Montevidéu**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. 2009. **Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS e ABEPSS (org.). 2009.

UNICEF Brasil. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. S.D. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em 7 abr 2022.

UNICEF Brasil. **Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo**. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo> Acesso em 3 jun 2021.

VASCONCELOS, W. B. P. **Trabalho infantil no distrito de Cacao Pirêra - uma análise do Programa de Erradicação do Trabalho infantil - PETI**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

VIEIRA, V. R. **Trabalho infantil: uma análise das produções do Serviço Social acerca do tema**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.